

Panorama da economia do Rio Grande do Sul em 1996

*José Antônio Fialho Alonso**

O Rio Grande do Sul desempenhou tradicionalmente um papel importante no contexto da economia brasileira, apesar de ser considerado um estado periférico. As condições de sua inserção nos ciclos expansivos da economia nacional revelaram-se relativamente favoráveis, particularmente nas décadas de 60 e 70.¹ No início dos anos 80, a crise estava plenamente instalada no País, marcando toda uma década de muitas dificuldades,² no decorrer da qual a economia do Rio Grande do Sul cresceu a taxas muito semelhantes às da economia brasileira, alternando períodos de desempenho medíocre com outros de resultados razoáveis, mas nunca convincentes.³

* Economista, Pesquisador da FEE/NERU e Professor Adjunto da UFRGS/FCE.

O autor agradece a leitura e as sugestões dos Economistas Beki Moron de Macadar, Ricardo Brinco e Otávio Augusto Conceição. Os equívocos porventura remanescentes, entretanto, são de inteira responsabilidade do autor.

¹ Após um período de dificuldades nos anos 50 e na primeira metade dos 60, a economia gaúcha recuperou a sua capacidade de crescimento na senda do "milagre econômico", ocorrido aproximadamente entre 1968 e 1980. Na verdade, a periodização consagrada do "milagre" aponta o período de 1968-73. Não se deve esquecer, todavia, que a euforia brasileira somente foi arrefecer definitivamente no final dos anos 70.

² As dificuldades decorriam de um conjunto articulado de causas, dentre as quais podem ser arroladas: a incapacidade do País em honrar seus compromissos internacionais (crise da dívida externa); o esgotamento do modelo de substituição de importações; o enfraquecimento do Estado desenvolvimentista; e a democratização **muito gradual** da vida política do País.

³ Os primeiros anos da década (1980-83) foram recessivos, particularmente no setor industrial, que apresentou taxas de crescimento cadentes no período. Entre 1983 e 1986, o desempenho do setor industrial foi melhor, mas com base na utilização da capacidade ociosa, isto é, sem investimento novo. A partir de 1987, novamente as taxas de crescimento do Produto industrial voltaram a cair até o final da década (MARCANTONIO, 1990, p.331). Entre 1980 e 1985, o PIB nacional cresceu, em média, 1,1% a.a., e o do RS 1,3% (ACCURSO, 1993, p.547). Entre 1985 e 1989, o Brasil cresceu a 3,7% anuais, e o RS, a 2,4%. Se se considerar o período inteiro (1980-89), o País obteve 2,2% anuais, e o RS, 2,3% (NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS, 1990, p.39). Embora os dados das Contas Regionais tenham sofrido uma revisão (desde 1947 até 1993), portanto, gerando novos números, não revelaram mudança importante de tendência, nem na relação entre o PIB do Rio Grande do Sul e o do Brasil.

Já o cenário econômico dos anos 90 no Brasil reveste-se de algumas características "novas" com relação aos períodos anteriores. Em primeiro lugar, cabe salientar a explicitação, para a economia brasileira, do processo de globalização⁴ em marcha há algum tempo no plano internacional. Em segundo lugar, e como decorrência do processo anterior, coloca-se a formação de blocos econômicos, em função dos quais o País assume compromissos para assegurar a integração desejada.

Além de o Brasil ser signatário do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, o Governo vem realizando inúmeras articulações com outras nações, buscando ampliar e aprofundar a inserção no mundo globalizado⁵. Por último, mas não menos importante, destaca-se a adoção de políticas econômicas (especialmente de estabilização) de corte neoliberal, um resultado, em grande medida, de compromissos "assumidos" pelo Governo brasileiro perante organismos internacionais (FMI, BIRD, BIS, etc.).⁶

Esses três processos, isolados ou de forma combinada, impõem a necessidade de um ajuste econômico extremamente doloroso para os países do Terceiro Mundo. Esse ajuste torna-se ainda mais perverso na medida em que deve ser feito em economias que vêm de um longo período de dificul-

⁴ Na verdade, a globalização nada mais é do que um aprofundamento da internacionalização do capital, processo em curso, sob vários matizes, ao longo da história do capitalismo. No presente, sua característica principal é a plena globalização dos mercados financeiros e, num segundo plano, da produção, tudo isso no bojo da revolução tecnológica em curso.

⁵ Lamentavelmente, o esforço por uma melhor inserção não tem resultado em vantagens comerciais para o País, na medida em que nossa participação no comércio mundial, por sinal em expansão, tem diminuído, ou seja, não estamos acompanhando o ritmo mundial. Além disso, o que parece pior, diminui a participação dos produtos manufaturados nas exportações do País (LIMITES..., 1996, p. A-8). Sem os acordos preferenciais do Mercosul, a situação seria muito pior. O Mercosul tem operado no sentido de minimizar essa perda no comércio internacional, tendo elevado sua participação de um patamar de 4%, no início do acordo, para 15% das exportações do Brasil.

⁶ Em entrevista à *Folha de São Paulo* (FNU..., 1995, p. 2-7), Michel Camdessus (Diretor-Gerente do FMI) "sugeriu" que o Brasil mantenha juros altos enquanto não se consolidar a reforma fiscal, ao mesmo tempo em que afirmava que "há satisfação geral" com o andamento do programa de ajustes acertado pelo México. O Relatório do BIRD de 21.06.96 (BIRD..., 1996, p. A-8) "recomenda" reformas no sistema portuário e na área fiscal e a retomada do Programa de Desregulamentação implantado no início do Governo Collor. O caráter de recomendações e/ou sugestões aos países-membros do Terceiro Mundo só se sustenta na aparência, no plano da divulgação para o público. Na verdade, tais "recomendações" devem ser entendidas como **exigências, imposições** até, não só de credores, mas de organismos que operam com a finalidade de manter a hegemonia dos países centrais, particularmente os do G7.

dades econômicas, de crise financeira do setor público e, o que é pior, é aplicado em estruturas sociais profundamente desiguais. A esses aspectos devem ser associadas as dificuldades de ordem estrutural,⁷ próprias a uma economia regional "periférica" no cenário do País. É considerando tal contexto que será analisado o desempenho da economia do Rio Grande do Sul nos últimos anos, com ênfase em 1996.



Para compreender o comportamento da economia gaúcha em 1996, é necessário observar o desempenho da mesma ao longo dos anos 90, dado que houve uma mudança importante a ser considerada. Esse período pode ser decomposto em dois períodos bem distintos para a economia do Rio Grande do Sul, em função dos resultados obtidos. O primeiro período compreende os anos de 1990 a 1993, nos quais a performance da economia do Estado, *vis-à-vis* à do País, repetiu, em termos gerais, o ocorrido nos anos 80, isto é, resultados anuais negativos alternados com alguns anos de crescimento expressivo do Produto.⁸ Nos três anos seguintes (1994, 1995 e 1996), o crescimento da economia do Estado, além de ter sido modesto, o foi a taxas decrescentes e negativas nos dois últimos anos, enquanto o País crescia a taxas razoáveis, apesar de decrescentes também.⁹ Do ponto de vista setorial, apenas dois resultados devem ser destacados. A indústria cresceu 8,1% em 1994, e a agropecuária, 5,7%

⁷ A economia do Rio Grande do Sul pode ser considerada de segundo nível na hierarquia regional do País, qualquer que seja o critério para definir a referida hierarquia. Boa parcela de sua economia opera com padrões tecnológicos desatualizados, portanto, com sua capacidade competitiva comprometida face à abertura do mercado brasileiro à concorrência internacional. Pelo menos metade do território do Estado é abrangido por uma região cuja economia está, há muitas décadas, tendendo à estagnação. Sua infra-estrutura básica, em algumas áreas, além de obsoleta, está deteriorada pela falta de manutenção adequada. Além disso, o setor público enfrenta a maior crise (financeira e organizacional) da sua história. Todos esses aspectos constituem dificuldades de ordem estrutural às possibilidades de crescimento.

⁸ Em 1990, o Rio Grande do Sul e o Brasil apresentaram crescimento semelhante (o RS, -3,2; e o BR, -3,9). No ano seguinte, o País cresceu 1,1%, e o Estado, -3,3%. Nos dois últimos anos do período (1992 e 1993), a economia gaúcha obteve desempenho bem acima do da economia nacional. Em 1992, cresceu 8,6%, mercê de um excepcional desempenho da agropecuária (lavoura), e o Brasil, -0,9%. Em 1993, elevou sua produção 8,3% (todos os setores cresceram a taxas expressivas), contra 4,2% no País.

⁹ O crescimento da economia brasileira foi de 6,0% (1994), 4,2% (1995) e 2,9% (1996), enquanto, no Rio Grande do Sul, os indicadores apontaram 2,9% (1994), -0,6% (1995) e 0,1% (1996).

em 1995. Esses bons desempenhos foram importantes, na medida em que contribuíram para que o Produto total não registrasse resultados piores do que os alcançados no período.

Cabe então indagar quais teriam sido as causas da mudança acima referida? Já foi referido anteriormente o fato de que tanto a economia brasileira quanto as economias regionais tiveram seu desempenho condicionado, nos últimos anos, pela "nova" situação internacional (globalização), pela formação de blocos regionais e pelas políticas econômicas em vigor, além de pela própria capacidade estrutural da economia.

De todos esses condicionantes, o que parece ter mais a ver com a persistência dos resultados medíocres obtidos pela economia gaúcha é a política econômica, em particular o programa de estabilização (Plano Real)¹⁰, cujo início efetivo ocorreu em 1º.07.94. Os resultados mais importantes decorrentes da política de estabilização foram uma queda abrupta das taxas de inflação (média), que têm permanecido baixas já por 30 meses consecutivos, e uma elevação da renda real da população de menor poder aquisitivo como decorrência do quase desaparecimento do imposto inflacionário.

Todavia a vigência do Plano Real impôs uma nova realidade à economia brasileira e, por conseqüência, às economias regionais. As nossas relações comerciais com o Exterior, que há muitos anos eram superavitárias, passaram, a partir de novembro de 1994, a revelar persistentes déficits na balança comercial. As causas básicas desse fato foram, de um lado, a abertura comercial sem critérios compatíveis com os interesses da produção nacional, operada no País,¹¹ e, de outro, a apreciação cambial crescente

¹⁰ Convém registrar que o Plano Real começou a ser gestado quando o Sr. Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda. Naquela oportunidade, foi formulado o Programa de Ação Imediata (PAI), que era constituído pelo seguinte conjunto de medidas: corte nos gastos públicos; recuperação das receitas; renegociação das dívidas dos estados e municípios; reestruturação dos bancos estaduais e federais; e privatização. Na verdade, tratava-se de iniciar um ambicioso ajuste fiscal, cujos resultados foram modestos. O PAI continha as precondições para a implementação do Plano Real alguns meses mais tarde. O Plano Real foi concebido com base nos seguintes instrumentos: continuação da tentativa de ajuste fiscal; adoção da Unidade Real de Valores (URV), que vigiu durante quatro meses; criação de uma nova moeda, o real (R\$), ancorada no dólar norte-americano (US\$) sob um regime flexível; e continuidade da abertura econômica; tudo isso combinado com instrumentos de política monetária (taxa de juros, crédito, etc.).

¹¹ A decisão de abertura das relações comerciais do País com o Exterior é anterior ao Plano Real. Além de acordos bilaterais e multilaterais preferenciais (Aladi) que o País mantinha com diversos parceiros, em 26.03.91 foi assinado o Tratado de Assunção, que criou o Mercado Comum do Sul, ampliando os compromissos de liberalização do comércio brasileiro.

nos primeiros cinco meses do Plano Real. Assim sendo, já em novembro de 1994, o País apresentava o primeiro saldo negativo na balança comercial. A partir desse momento, apesar das tentativas de amenização do problema diante da opinião pública por parte das autoridades econômicas, os déficits comerciais sucederam-se persistentemente e de forma ampliada. Para Antônio Barros de Castro, "(...) o processo brasileiro de liberalização econômica sempre foi, desde o início, um grande casuísmo" (LIBERALIZAÇÃO..., 1996, p.A-7). Na mesma matéria, Castro complementa:

"No segundo semestre de 1994, improvisadamente, foi introduzida nova rodada de redução de tarifas de importação, **não prevista** (grifo do autor). Foram promovidos rebaixamentos arbitrários em resposta às altas de preços. Deu-se a não-inclusão de certos produtos na lista de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC). E, paralelamente, autorizou-se a abertura a importações pelo correio, sem pagamento de imposto".

A consequência disso, na opinião de Castro, é que "(...) a indústria brasileira vai se esvaziando, perdendo elos, e poucos segmentos industriais se destacam como dando certo".

Para Luciano Coutinho (1996, p.2-5), a combinação da franca abertura comercial com o câmbio sobrevalorizado e os juros elevados produz, como consequência negativa, a **desindustrialização escancarada**. Esse processo, segundo ele, avança em três frentes:

- a) "Redução do valor agregado no país em todas as cadeias industriais complexas, onde parte crescente da produção dos componentes, peças e matérias-primas é substituída por importados. Na indústria automobilística, o 'índice de nacionalização' dos produtos cai velozmente (já estaria em 85%, a caminho de 60%). No setor eletroeletrônico, o peso dos insumos importados subiu para mais de 50%";
- b) "Perda de produção doméstica de bens finais pela ocupação do mercado por produtos importados. Com efeito, parcela crescente da oferta de têxteis, vestuário, calçados, eletrodomésticos leves, alimentos industrializados, máquinas e equipamentos vem sendo suprida via importações"; e
- c) "Finalmente, em muitos casos a produção no Brasil foi **simplesmente suprimida** (grifo do autor), ainda que a escala do nosso mercado permita produção eficiente. É o caso de várias especialidades na área química e petroquímica, componentes e bens de capital".

Os setores competitivos de grande escala da indústria brasileira (papel e celulose, siderurgia, processamento mineral, alumínio) têm sido afetados de outra forma pela política econômica. O câmbio valorizado reduz a rentabilidade das exportações, resultando em restrições às empresas no sentido de sofisticarem seus produtos e de produzirem maior valor agregado no País. Outra consequência visível no caso dos setores mais competitivos da indústria nacional é a crescente desnacionalização de segmentos como eletrodomésticos e autopeças (COUTINHO, 1996, p.2-5).

Ainda como decorrência trágica da política de estabilização, colocam-se as altas taxas de desemprego no País. Depois de experimentar uma queda do patamar de pouco mais de 15%, alcançado em abril de 1994, para quase 12% em dezembro do mesmo ano, os níveis de desemprego, medidos pelo Dieese e pela Seade, em São Paulo, cresceram até atingir 15% em março de 1996 (DESEMPREGO..., 1996, p.2-1). É óbvio que o elevado nível de desemprego não se deve somente ao Plano Real. Na verdade, o próprio movimento de reestruturação das empresas¹² leva, inevitavelmente, à redução de seus quadros, portanto, ao desemprego. Todavia, embora não se conheça nenhum estudo que tenha dimensionado em que medida é o ajuste das empresas que provoca desemprego e em que medida é o Plano Real, intuitivamente este último parece ter grande responsabilidade a respeito.¹³

Por fim, deve ser considerado o efeito do Plano Real sobre o setor público em geral. É certo que níveis baixos de inflação são benéficos para o setor público, na medida em que permitem uma melhor programação financeira e orçamentária, além de reduzirem custos dos insumos em geral. Entretanto as taxas de juros elevadas, o acúmulo de reservas cambiais e a abertura comercial levam, de várias formas, a um agravamento da crise financeira

¹² A busca de maiores níveis de competitividade tem levado as empresas a uma reorganização do processo de trabalho, à adoção do regime de Just in Time com seus fornecedores, à aquisição de certificados de qualidade do tipo ISO (em suas diversas versões), e a técnicas de reengenharia e *downsizing*, dentre outras.

¹³ Edward Amadeo (1996, p.6) considera que, além de estar havendo um aumento do desemprego, há também uma mudança radical no perfil do mesmo. Os trabalhadores menos educados são mais afetados no que diz respeito à manutenção do emprego e ao nível salarial. Nos países desenvolvidos, isso se deve à adoção de novas tecnologias. O Brasil busca aumentar sua inserção na economia mundial, tendo como um dos ingredientes justamente a passagem para um novo padrão tecnológico (que opera internamente no sentido de elevar o desemprego). Amadeo completa: "Mas é evidente que no caso do Brasil essa situação tem agravante que passa pelo processo de estabilização".

pública no País. Os constantes déficits orçamentários e o aumento da dívida pública têm levado o setor público a comprometer parte substancial de sua capacidade de gasto com a rolagem, praticamente diária, do débito, limitando sua capacidade de investir em infra-estrutura, de fomentar a produção e de atender às necessidades básicas da população (educação, saúde, previdência e assistência social).



Desenhado o quadro nacional, cabe formular a questão que mais diretamente interessa discutir neste artigo. Como a economia do Rio Grande do Sul se movimentou nesse cenário? Quais têm sido os resultados alcançados nos anos recentes, particularmente em 1996? E, na medida do possível, quais são as perspectivas para 1997?

Como já foi demonstrado neste trabalho, os anos recentes (1994, 1995, e 1996) foram catastróficos para a economia do Rio Grande do Sul. Além de as taxas de crescimento se apresentarem cadentes, revelaram-se negativas nos últimos dois anos. Mais, à exceção dos bons resultados obtidos pela indústria em 1994 e pela agropecuária em 1995, todos os demais desempenhos setoriais do período podem ser considerados insatisfatórios.

A combinação de apreciação do câmbio com altas taxas de juros e abertura comercial, sem critérios adequados aos interesses da produção nacional, inegavelmente vem se constituindo, juntamente com outras causas de ordem estrutural da própria economia gaúcha, em séria restrição às possibilidades de crescimento econômico no Estado. Os efeitos do Plano Real, tal como vem sendo executado, só não configurariam restrições se a economia em questão obtivesse aumentos de produtividade tão elevados que se revelassem suficientes para compensar os custos de produção estabelecidos pela defasagem cambial e pelas altas taxas de juros prevalecentes na economia brasileira. Todavia é improvável que a economia como um todo consiga obter uma elevação substancial da sua eficiência no curto ou no médio prazo. Na verdade, poucos agentes econômicos conseguem essa façanha, outros melhorarão a sua performance, mas numa medida suficiente apenas para dar-lhes uma sobrevida, enquanto os demais serão tragados pela avalanche liberalizante ora em marcha em nosso meio. Não há dúvida de que o Rio Grande do Sul foi uma das economias regionais do País mais afetadas negativamente pela política econômica em vigor.

Sendo uma economia que conta com alto Coeficiente de Abertura (17,5% em 1993)¹⁴ para o Exterior quando comparada com a do Brasil, que detinha 13,3% no mesmo ano, era de se esperar que o câmbio defasado, associado à liberalização do comércio, traria dificuldades à produção gaúcha ligada ao comércio internacional, portanto, enfraquecendo um dos segmentos “dinâmicos” da economia do Estado. O grau de abertura para o Exterior mais elevado da economia gaúcha revela que a mesma é mais sensível aos efeitos da política comercial do País do que a média nacional.

Após se registrarem altas taxas de crescimento nos primeiros anos da década (1991, 1992 e 1993), as exportações gaúchas para o resto do Mundo sentiram os efeitos da abertura comercial, do câmbio defasado e do próprio despreparo para enfrentar tal situação. Já no período 1993-94, houve um decréscimo de 3,7%. Os períodos 1994-95 e 1995-96 revelaram uma tendência de recuperação de 3,1% e 9,3% respectivamente. Já o desempenho das exportações dirigidas aos países do Mercosul igualmente demonstrou, em 1995-96, uma forte expansão, de 26%, após a queda nas altas taxas de crescimento que vinham se verificando nos anos imediatamente anteriores.¹⁵ A tendência expressa por tais resultados parece indicar que o segmento exportador do Rio Grande do Sul está se ajustando à nova realidade econômica. Todavia convém lembrar que muitos empresários desse setor têm manifestado, quase sempre em *off*, que estão operando com margens de lucratividade muito reduzidas, sugerindo em muitos casos que, na atual conjuntura, o mais relevante é assegurar a presença no mercado.

Do lado das importações, as informações para o Rio Grande do Sul são escassas, mas é certo que as mesmas estão em franca expansão, a exemplo do que ocorre no Brasil.¹⁶ O Rio Grande do Sul possui um dos mercados com maior poder de compra no País, logo, constitui-se uma atração para os produtos importados de consumo final, principalmente nas grandes cidades, onde desponta uma dinâmica rede de comercialização formada por grandes redes de supermercados e/ou hipermercados e *shopping centers*.

¹⁴ O Coeficiente de Abertura foi obtido mediante a soma das exportações e das importações dividida pelo PIB. O ano de 1993 é o mais recente para o qual se dispõe das importações do Rio Grande do Sul.

¹⁵ Em 1992-93, as exportações gaúchas para o Mercosul cresceram 60,27%, no ano seguinte, 15,99%. De 1994 para 1995, a expansão foi de apenas 0,78%.

¹⁶ As importações gaúchas do resto do Mundo cresceram 32,14% entre 1993 e 1994. Aumentaram significativamente também as importações do Estado provenientes dos países do Mercosul (25%).

Essa elevação na oferta de mercadorias importadas tende a atender predominantemente às necessidades da população de rendas média e alta.

Mas, afinal, o aumento das importações é bom ou ruim para a economia gaúcha (vale para a nacional também)? Pode ser bom ou ruim. Depende da forma como está ocorrendo o processo, depende do tipo de bens que se está importando, dentre outros aspectos. Se a elevação das compras externas é parte de uma política nacional de crescimento econômico, na qual haja prioridades estabelecidas na área dos bens de capital¹⁷ e intermediários sem similar nacional ou na área de bens de consumo (duráveis ou não duráveis), pode resultar em vantagens para a economia e para a população em geral. Por outro lado, se as importações forem realizadas como decorrência de uma “política econômica”, irresponsavelmente liberalizante num mundo crescentemente globalizado e ainda protecionista,¹⁸ torna-se prejudicial aos interesses da economia regional (e nacional).

A economia gaúcha é constituída predominantemente por pequenas e médias empresas. Há poucas empresas de grande porte em nosso meio. Os mecanismos de integração dos mercados estabelecidos pela globalização deixam uma pequeníssima margem de sobrevivência para as pequenas e médias empresas. Expostas a uma concorrência acirrada e muitas vezes desleal, na melhor das hipóteses são absorvidas e, na pior, sucumbem, isto é, desaparecem do mercado, levando consigo grande número de postos de trabalho. Outro aspecto a ser considerado nessa questão é que o rebaixamento das barreiras alfandegárias tem facilitado a entrada de bens intermediários, o que deve ter tirado alguma parcela do mercado nacional de produtores localizados no Rio Grande do Sul.

Assim como essa análise condena a abertura comercial irrestrita, não advoga a tese do protecionismo irresponsável, míope, que desconhece as

¹⁷ As importações de bens de capital, especialmente de máquinas e material elétrico, vêm aumentando rapidamente, o que significa uma retomada dos investimentos na economia brasileira. Em 1993, as importações desses bens somaram US\$ 6,266 bilhões, passando para US\$ 13,956 bilhões em 1995 (B. BACEN BR, 1996, p.162-163). Em 1996, essa marca deve ter sido superada, pois, até novembro, já alcançava US\$ 13,831 bilhões (B. BACEN BR, 1997, p.156-157).

¹⁸ Além do protecionismo praticado pelos países desenvolvidos, há que se considerar ainda o aumento do volume do comércio administrado realizado intra e interfirmas pelas grandes empresas transnacionais. Esse movimento nem sempre coincide ou é compatível com as políticas econômicas regionais (ou nacionais).

transformações em marcha no Mundo todo. Advoga, isto sim, uma inserção “soberana”, que atente para as necessidades da população, particularmente a mais necessitada. Para tanto, seriam convenientes a manutenção, sempre que possível, e a criação de novos postos de trabalho como fazendo parte de um dos objetivos da política econômica. Isso não se obtém liberando as importações de bilhões de dólares em produtos de qualidade no mínimo duvidosa,¹⁹ **bujingangas e quinquilharias**, que têm como contrapartida o empobrecimento, num primeiro momento, e o conseqüente desaparecimento de milhares de pequenos e médios produtores em nosso meio. As importações de bens de consumo passaram de US\$ 3,02 bilhões em 1993 para US\$ 8,63 bilhões em 1995 e para mais do que isso em 1996. Não se ignora o papel que o aumento das importações vem exercendo na manutenção dos baixos níveis de inflação. O que se questiona é o seu efeito sobre o segmento da pequena produção no País.

O setor agropecuário tem sido um dos mais afetados pelos efeitos da abertura comercial, da apreciação do câmbio e das altas taxas de juros em vigor, este último talvez seja o fator mais importante na descapitalização da produção primária do Rio Grande do Sul. Esses fatores, associados a outros, como estiagem, preços recebidos e custo dos insumos, contribuíram para os resultados medíocres alcançados nos últimos três anos.²⁰

Para Silva (1996, p.49), “A queda de preços e a quebra em função da estiagem nas safras 1994/95 e 1995/96, respectivamente, geraram perdas de receita para o setor agrícola gaúcho, que contribuíram para o recrudescimento da inadimplência...”. A queda nos preços dos produtos agrícolas acabou por se constituir, nos primeiros 30 meses do Plano Real, em mais uma âncora de sustentação do mesmo (“âncora verde”). Os efeitos dessa performance sobre a economia do Rio Grande do Sul foram desastrosos, na medida em que se transmitiram para outros segmentos (agroindústria, comércio e serviços, indústria de máquinas e implementos, fertilizantes, etc.), afetando vastas regiões do Estado.

As reclamações dos produtores a respeito da descapitalização que sofreram nos dois primeiros anos do Plano Real faz sentido, na medida em

¹⁹ Notem-se os casos de bebidas (vinhos e cervejas), de calçados e de certas frutas frescas, dentre outros, que já fazem parte do nosso cotidiano.

²⁰ Em 1994, a agropecuária do Estado cresceu -4,6%; no ano seguinte, 5,7%, o melhor resultado; e, em 1996, -3,7%.

que foi muito elevada a diferença entre os preços recebidos e os preços pagos.²¹ Estes últimos aumentaram, em média, 3,6 vezes mais do que os preços recebidos pelos produtores. Portanto, não se trata da tradicional “choradeira” de quem está ganhando pouco, mas, sim, de uma situação insustentável do ponto de vista econômico-financeiro. Por tudo isso, já em meados de 1996 estimava-se que a produção da lavoura do Rio Grande do Sul ficaria muito aquém das 17,58 milhões de toneladas (IBGE) produzidas em 1995. A safra alcançou 13,3 milhões de toneladas (IBGE). As culturas de verão (arroz, feijão, milho e soja), além de apresentarem redução da área plantada, ainda amargaram quedas significativas na produtividade por área, com relação à safra anterior. A quebra da produção dessas quatro culturas atingiu 32,51%.

A produção de trigo, que vinha caindo no Estado, em 1996 teve um novo alento com a perspectiva de aumento nos preços internacionais e, consequentemente, nos preços internos, em função da queda de 16,8% da safra mundial do grão. Essa possibilidade atraiu um grande número de produtores, que buscavam recuperar as perdas da safra passada. Tal movimento permitiu à Emater estimar que a área plantada iria sofrer um aumento da ordem de 84% em relação ao ano anterior. É um aumento importante, embora esteja longe de atingir a média histórica dessa cultura. Apesar das adversidades enfrentadas por ocasião do plantio, decorrentes da insuficiência de chuvas e da falta de sementes apropriadas, a produção alcançou a marca de 1.035.481 toneladas, contra 334.525 toneladas obtidas em 1995, segundo o IBGE.

O ambiente de desestímulo à produção primária no País, mais acentuado ainda no Rio Grande do Sul, prenunciava uma retração excessiva na safra seguinte (SILVA, 1996, p.49). Afinal, o setor estava custeando, com suas perdas, os baixos preços da alimentação no País, particularmente o preço da cesta básica. Pressionado pela insustentabilidade da situação, o Governo antecipou medidas para repor os mecanismos de atratividade para os

²¹ Tomando-se por base os principais produtos (arroz, feijão, milho, soja, boi gordo, suínos e frango) da agropecuária do Estado, calculou-se o Índice de Preços Recebidos (IPR), que atingiu 12,6% entre jul.-set./94 e mar.-maio/96. Para o mesmo período, calculou-se o Índice de Preços Pagos (IPP), com base nos principais itens de custos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, combustíveis e mão-de-obra), que marcou uma variação de 45,7% (SILVA, 1996, p. 58).

agentes econômicos. Para tanto, anunciou recursos (R\$ 5,2 bilhões) para financiar o custeio, o investimento e a comercialização. Esse montante foi considerado insuficiente pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Segundo a CNA, seriam necessários aproximadamente R\$ 7 bilhões para financiar o plantio de 38,4 milhões de hectares. Convém lembrar que a tradição revela que o valor liberado sempre é menor do que o efetivamente anunciado.²²

Deve ser observado ainda que, no plano financeiro, se obteve uma certa folga através da renegociação dos débitos passados, através da “securitização” para todos os que devessem menos do que R\$ 200 mil. Aparentemente, foi uma renegociação favorável, na medida em que os devedores não precisarão desembolsar nenhum valor no curto prazo, devido ao período de carência de dois anos. Cabe salientar que os compromissos assumidos na renegociação somente poderão ser atendidos se as condições gerais e específicas oferecidas à produção forem favoráveis; caso contrário, não haverá possibilidades para que os pagamentos possam ser realizados de acordo com as negociações feitas.²³ Com todas as adversidades que se acaba de analisar, a agropecuária do Rio Grande do Sul não poderia ter gerado resultado melhor do que um crescimento negativo (-3,7%) em 1996. Na verdade, um resultado medíocre, depois de uma aparente recuperação em 1995. Fica uma indagação para ser respondida pelos *policy makers*: **quanto tempo um agente econômico pode suportar sucessivos resultados negativos numa economia capitalista?**

O setor industrial do Rio Grande do Sul, a exemplo da agropecuária, apresentou desempenhos muito modestos nos últimos dois anos (-8,1% em 1995 e 0,7% em 1996), depois do bom resultado de 8,1% em 1994.²⁴ O ano de 1995 foi marcado por medidas de política econômica restritivas, particularmente nas áreas monetária e do crédito, tendo como objetivo evitar uma provável explosão de consumo, o que comprometeria o Plano Real. Esse

²² “Na safra 1995/96, dos R\$ 5.700 milhões anunciados, teria sido liberado algo em torno de R\$ 3.800 milhões” (SILVA, 1996, p. 49-50).

²³ As condições gerais referidas dizem respeito à infra-estrutura (estradas, energia, comunicações, armazenagem, etc.). As condições específicas referem-se a preços pagos e recebidos, à tecnologia, etc.

²⁴ Entre os grandes grupos que compõem o setor, a indústria de transformação foi a que apresentou o pior resultado (0,3% em 1996); a construção civil cresceu 3,4%; a extrativa mineral, 0,8%, e os serviços industriais de utilidade pública, 5,3% (RS..., 1997, p.1).

movimento acabou por afetar diretamente alguns dos gêneros industriais que são importantes no parque fabril do Estado.²⁵ A retração ocorrida no gênero mecânica foi o que mais colaborou para o resultado negativo do setor. Segundo Calandro (1996, p.48),

“A produção de máquinas agrícolas automotrizes apresentou, no ano em análise, um dos piores desempenhos dos últimos 10 anos. (...) O crescimento contínuo dos níveis de produção foi interrompido em abril, em razão dos cortes nas encomendas, dos efeitos das medidas governamentais de restrição ao crédito e do elevado grau de inadimplência dos produtores rurais”.

A idade média dos equipamentos no Brasil é de 15 anos, o que demonstra que não está havendo reposição no parque de máquinas para a agricultura. Para a indústria produtora desses bens, significa encomendas muito abaixo de sua capacidade instalada (100.000 tratores/ano) (ALTOS..., 1996, p.73).

Face à acumulação de déficits na balança comercial do País, o Governo, através de lei complementar, desonerou da incidência do ICMS as exportações de produtos primários e de produtos industrializados semi-elaborados. Essa medida teve grande divulgação na mídia local, gerando expectativas otimistas com relação a possibilidades de crescimento não só das exportações como das produções primária e industrial.²⁶ Afinal, o Rio Grande do Sul é o grande produtor e exportador desse tipo de produto. Infelizmente, até fevereiro de 1997, não foi possível se constatarem os efeitos de tal medida. “O mais provável é que os exportadores serão os grandes beneficiados e o sacrifício fiscal imposto ao RS talvez não possa contribuir, como muitos esperam, para melhorar o desempenho da sua economia, contrariando, assim, as expectativas daqueles que se mostraram a favor da medida (BELLO, 1996, p.93)”. Os efeitos reais dessas deliberações poderão, de fato, ser constatados no decorrer de 1997, na medida em que forem comercializadas as safras dos produtos exportáveis.

O setor serviços cresceu somente 0,5% em 1996, sendo o pior desempenho dos últimos três anos. Todos os segmentos que constituem o setor serviços

²⁵ A taxa de crescimento da produção física da indústria mecânica, em 1995, foi de -40,6%; a de vestuário, calçados e artefatos de tecidos, de -9,58%; e a de fumo, de -13,76%. (CALANDRO, 1995, p. 50).

²⁶ Deve ser enfatizado que o Governo do Estado, em sua luta pelo crescimento econômico do Rio Grande do Sul, se empenhou, diretamente em Brasília, pela aprovação dessas medidas.

apresentaram baixo desempenho, exceto o comunicações, que cresceu 13,1% no Rio Grande do Sul. Trata-se de um segmento com grande demanda reprimida no caso das telecomunicações e em expansão nas demais áreas. O comércio de mercadorias aumentou apenas 1,2% no Estado, sendo revelador da crise que se abateu sobre o setor produtivo, gerando desemprego e exclusão do circuito do consumo em muitas regiões do Rio Grande do Sul. Esse registro é importante, porque constitui um contraponto à idéia de que, na vigência do Plano Real, todos estão consumindo mais e melhor. As notícias veiculadas na mídia local dão conta do bom desempenho do varejo em Porto Alegre. O **Termômetro de Vendas** (1996, p.18) aponta que houve um incremento de 5,62% na venda de bens de consumo duráveis em Porto Alegre. O comércio da Capital representa em torno de 27,1% (1990) do comércio do Estado. Logo, pode-se ter uma idéia do grau de dificuldades enfrentadas pelo comércio nas regiões mais afetadas pela crise.²⁷

Todo esse cenário sombrio que caracterizou o desempenho da economia gaúcha em 1996 tem, pelo menos, três conseqüências lamentáveis para a sociedade sul-rio-grandense. A primeira foi o persistente agravamento do desemprego, o que tem jogado milhares de trabalhadores para o campo da "informalidade" e da precarização do trabalho, o que significa rendas menores e piores condições de vida para essas pessoas. Os "neoliberais" da província consideram que o desemprego é menor porque as estatísticas não consideram o trabalho informal, portanto, a situação não é tão ruim como se propala. A "informalização" do trabalho é um fato do qual não podemos nos orgulhar. A segunda conseqüência refere-se ao efeito do baixo crescimento econômico sobre as finanças públicas em geral e do Estado em particular, reduzindo a capacidade deste de prover os serviços públicos de sua competência (exclusiva ou concorrente), bem como de honrar seus compromissos financeiros já vencidos. A terceira conseqüência recai sobre os produtores em geral (rurais e urbanos), especificamente sobre os médios, pequenos e microprodutores, que têm dificuldade em promover, individualmente, o ajuste necessário ao ambiente de crise no qual estão inseridos. Esse ajuste, dificilmente será bem-sucedido, se não houver uma ação **não paternalista** do Estado (União, Estado e municípios).

²⁷ As cidades das regiões de fronteira, que outrora tiveram um comércio de varejo extremamente forte, hoje assistem ao dismantelamento de suas estruturas de varejo, devido à crise da agropecuária e, em alguns casos, à concorrência desigual a que são submetidas quando estão próximas de cidades que têm seu comércio de varejo constituído pelo sistema de *free shops* (é o caso de todas as cidades da faixa de fronteira com o Uruguai).

Cabe ressaltar, todavia, que esse quadro de crise prolongada no RS parece estar servindo de combustível para as autoridades tanto no âmbito estadual quanto em alguns municípios, no sentido de articularem movimentos que recomponham a capacidade de investimentos público e privado na economia do Rio Grande do Sul. Esses movimentos têm resultado em um conjunto de investimentos e de perspectivas de investimentos que poderá encaminhar a economia do Estado a resultados não tão ruins como os alcançados nos últimos anos.



Se, por um lado, o ano de 1996 não foi favorável em termos de desempenho econômico, por outro, foi pródigo em produção de expectativas de investimentos. No setor privado, foram anunciados diversos investimentos de porte (alguns já iniciados), que, provavelmente, serão iniciados ainda em 1997, dentre os quais podem ser destacados:

- a duplicação da capacidade do Pólo Petroquímico de Triunfo (US\$ 1 bilhão);
- a instalação de uma montadora de carros populares da GM (US\$ 600 milhões, incluindo o investimento de fornecedores);
- a ampliação da fábrica da Philip Morris (US\$ 227 milhões);
- a instalação de uma fábrica da Brahma (US\$ 150 milhões, podendo chegar a US\$ 600 milhões);
- a conclusão, pela Souza Cruz, da construção da maior fábrica de processamento de fumo das Américas (US\$ 81 milhões);
- a transferência da divisão de motores da Iochpe-Maxion de São Paulo para o Rio Grande do Sul;²⁸
- expansão das instalações da DHB, fábrica de componentes automotivos (US\$ 100 milhões);

²⁸ Trata-se de uma montadora de motores (*medium and high speed*). Dos 4.000 itens utilizados, a Iochpe fabrica apenas cinco (blocos, cabeçotes, bielas e dois tipos de eixos de comando). O plano é "gauchificar" os fornecedores, tendo como meta, em cinco anos, adquirir 50% dos componentes e dos sistemas no Estado. Atualmente, 90% dos componentes dos motores *medium speed* são adquiridos em São Paulo e 10% na Argentina e no Rio Grande do Sul. Para os motores *high-speed* 60% dos componentes são adquiridos mediante importações da Argentina, da Inglaterra, da Itália, da Alemanha e da Espanha e 40% de São Paulo e do Paraná (IOCHPE-MAXION..., 1997, p. C-3).

- na área energética, estão anunciadas as construções das usinas de Dona Francisca (R\$ 135 milhões) e de Machadinho (R\$ 650 milhões);
- diversos empreendimentos em *shopping centers* e hotelaria em Porto Alegre e nas principais cidades do Estado (algo em torno de US\$ 250 milhões, estimativa conservadora).²⁹

Devem ser considerados também os investimentos que começam a ser realizados pelo setor público (União, Estado e Município) na modernização do aeroporto de Porto Alegre, bem como os investimentos públicos municipais realizados recentemente (em 1994, 1995 e 1996, em torno de US\$ 230 milhões). É difícil esgotar a lista dos investimentos anunciados e em início de implantação no âmbito deste trabalho, por essa razão fecha-se essa relação com o projeto da ponte São Borja—São Tomé e o Pró-Guaíba, este último orçado em US\$ 220 milhões.

Na verdade, depois de um jejum de mais de 15 anos, parece que o País ingressa numa fase de pesados investimentos privados. Há indícios de que o Rio Grande do Sul terá uma inserção positiva nesse movimento, devido a uma série de fatores favoráveis ao investimento industrial que construiu ao longo da sua história econômica. Todavia convém esclarecer alguns aspectos econômicos que envolvem todo esse processo e que tem a ver com as possibilidades de crescimento da economia gaúcha em 1997.

Os efeitos dos novos investimentos sobre a renda regional serão pequenos em 1997 e 1998, na medida em que serão representados somente pelas obras civis. Grande parte das encomendas dos projetos nessa fase poderão ser feitas no Rio Grande do Sul. A compra de equipamentos, pelo menos nos grandes projetos, certamente será realizada no Brasil ou no Exterior, mas fora do Estado; portanto, gerarão renda fora do Rio Grande do Sul. Os grandes projetos somente exercerão um impacto importante em termos de geração de renda agregada no momento em que iniciarem a produção. Por conseguinte, a economia do Estado em 1997 ainda dependerá da sua capacidade instalada no presente. Assim sendo, deve-se torcer para que as condições climáticas sejam as melhores e os preços compensadores, o que garantirá o crescimento da base econômica regional

²⁹ Em apenas dois empreendimentos anunciados, os investimentos já alcançam essa cifra. Um é o World Trade Center Porto Alegre, no valor estimado de US\$ 150 milhões (WORLD..., 95). Outro é o *shopping center* que será construído junto ao Hipódromo do Cristal, em Porto Alegre, no valor previsto de US\$ 100 milhões (PORTO..., 21.4.96, p. 6-9).

(agropecuária e agroindustrial). Deve-se torcer, igualmente, para que a defasagem cambial seja reduzida de alguma forma e para que as taxas de juros, pelo menos para a agropecuária, sejam menores do que as que têm sido praticadas.

Bibliografia

- ACCURSO, Jorge da Silva (1993). Notas sobre a reestimativa do PIB do RS. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.14, n.2, p.541-557.
- ALTOS e baixos na agropecuária (1996). **Amanhã: Economia e Negócios** Porto Alegre, v.10, n.111, p.73, set.
- AMADEO, Edward (1996). Estabilização e desemprego no Brasil do real. **Jornal do Economista**, São Paulo, CORECON, 2. Região, n.91, ago.
- BELLO, Teresinha da Silva (1996). As exportações do RS e as isenções do ICMS. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.3, p.71-94.
- BIRD recomenda reformas setoriais (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23 jul., p.A-8.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1996). Brasília, v.33, n.1.
- CALANDRO, Maria Lucrécia (1996). Desempenho no ano de 1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.1, p.37-52.
- COUTINHO, Luciano (1996). Desindustrialização escancarada. **Folha de São Paulo**, p. 2-5, 7 jul.
- DESEMPREGO em São Paulo é o maior do Real (1996). **Folha de São Paulo**, 23 abr., p.2-1.
- FNU quer que Brasil mantenha juros altos (1995). **Folha de São Paulo**, 6 out.
- IOCHPE-MAXION quer seus fornecedores no Rio Grande do Sul (1997). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 fev., p.C-3.
- KUHN, Miriam Jardim (1996). A safra de grãos 1995/96. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.2, p.42-52.
- LIBERALIZAÇÃO foi grande casuísmo (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 jul.

- LIMITES do comércio exterior, OS (1996). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 jan., p.A-7.
- MARCANTONIO, Roberto (1990). Sem rumos para o crescimento: política econômica e desempenho industrial nos anos 80. In. ALMEIDA, Pedro, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre : FEE. p.311-381.
- NO CIRCUITO dos investimentos (1996). **Amanhã: Economia e Negócios**, Porto Alegre, v.10,n.114, p. 42-51, dez.
- NÚCLEO DE CONTAS REGIONAIS (1990). O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto. In. ALMEIDA, Pedro, coord. **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre : FEE. p. 38-63.
- PORTO ALEGRE deve ganhar shopping em 1997 (1996). **Folha de São Paulo**, 21 abr., p.6-9.
- RIO Grande do Sul: Exportações - 1995/1994 (1996). Porto Alegre : Secretaria Do Desenvolvimento Econômico E Social/RS. jan./dez.
- RIO Grande do Sul: Importações - 1994/1993 (1996a). Porto Alegre : Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social/RS. jan./dez.
- RS: desempenho 96 (1997). **Informe Conjuntural RS**, Porto Alegre : FEE/BANRISUL, p.1.
- SILVA, Paulo Roberto Nunes da (1996). Cenário que antecede o plantio da safra 1996/97. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.24, n.3, p.46-60;
- TERMÔMETRO DE VENDAS (1996). Porto Alegre : FEE/CDL-POA.
- WORLD Trade Center em Porto Alegre (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 31 out.